



PODER

Senado ensaia bomba fiscal para o governo

Em momento de relação abalada com Alcolumbre, Planalto vê aprovação de pautas com potencial para impactar fortemente as contas públicas. Presidente do Congresso freia, porém, a PEC do fim da escala 6x1, uma das prioridades do Executivo

» DANANDRA ROCHA
» ALÍCIA BERNARDES
» RAPHAEL PATI

Carlos Moura/Agência Senado



As relações entre Alcolumbre e Lula pioraram após a rejeição do indicado do presidente para a vaga no Supremo Tribunal Federal

Em meio às relações estre-mecidas com o Palácio do Planalto, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), paralisou pautas consideradas prioritárias pelo governo e liberou para votações propostas que terão forte impacto nas contas públicas.

Na quarta-feira, avançaram três propostas com potencial para abalar os cofres da União. O Senado aprovou a criação de uma aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde, deu aval ao aumento do piso salarial de médicos e dentistas e avançou na renegociação de dívidas do agro.

O projeto que cria mecanismos para renegociação de dívidas do setor agropecuário deve ter um impacto de aproximadamente R\$ 140 bilhões ao longo de 10 anos, na estimativa do Ministério da Fazenda. Na véspera da aprovação, o titular da pasta, Dario Durigan, reuniu-se com Alcolumbre na tentativa de construir um acordo, sem sucesso.

Ao justificar a decisão de levar o texto ao plenário, o presidente do Senado afirmou que vinha sendo pressionado por parlamentares para pautar o texto. Ele argumentou que o entendimento entre governo e senadores não havia sido alcançado.

Também no Senado, duas comissões aprovaram propostas que ampliam benefícios para profissionais da saúde. Uma delas cria aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. A outra eleva o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas.

As iniciativas de Alcolumbre ocorreram dias após o próprio senador defender cautela na análise de projetos que geram despesas para a União. Durante sessão plenária, ele afirmou que o período pré-eleitoral dificulta a rejeição de propostas populares e alertou para os impactos fiscais de medidas aprovadas sem avaliação aprofundada.

“No ano de eleição, isso aqui é muito complexo. O que eu botar para votar, todo mundo vai votar ‘sim’ por conta da eleição, e vai ter que arrumar 10 Brasis para pagar”, afirmou.

Por outro lado, a PEC que extingue a escala de trabalho 6x1 e reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, de interesse do governo, teve um freio. Embora o texto tenha chegado ao Senado após aprovação da Câmara, no fim de maio, permanece sem despacho para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), etapa necessária para o início da tramitação.

Nos bastidores, interlocutores relatam que Alcolumbre havia condicionado o avanço da matéria a uma conversa direta com Lula. Segundo fontes ouvidas pelo **Correio**, o chefe do Executivo sinalizou disposição para retomar o diálogo com o senador, movimento visto por aliados como essencial para destravar uma das principais bandeiras defendidas pela base governista neste ano.

A relação entre Lula e Alcolumbre, entretanto, atravessa um período de desgaste. Integrantes do Congresso atribuem parte do distanciamento à indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Alcolumbre defendia o nome do ex-presidente da Casa Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Preocupações em série

Confira os projetos em tramitação e o impacto fiscal

PL 5.122/2023

Renegociação de dívidas rurais
Impacto estimado: até R\$ 140 bilhões em 13 anos.

PLP 108/2021

Ampliação do teto de enquadramento do Simples Nacional
Impacto estimado: renúncia de receita de R\$ 50 bilhões por ano.

PEC 231/2019

Ampliação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
Impacto estimado: redução de R\$ 10 bilhões por ano nas receitas líquidas da União.

PEC 5/2023

Ampliação da imunidade tributária para templos religiosos
Impacto estimado: custo mínimo de R\$ 10 bilhões por ano.

PEC 383/2017

Vinculação de recursos ao Sistema Único de Assistência Social (Suas)
Impacto estimado: despesa adicional média de R\$ 9 bilhões por ano.

PL 4.728/2020

Criação de um novo Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)
Impacto estimado: R\$ 8,8 bilhões por ano.

PL 1.365/2022

Instituição de piso salarial para médicos e cirurgiões-dentistas
Impacto estimado: R\$ 8,4 bilhões por ano para a União, sem considerar estados, municípios e a rede Ebsersh.

PEC 14/2021

Aposentadoria diferenciada para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias
Impacto estimado: R\$ 3 bilhões por ano.

PLP 11/2026

Benefícios tributários para entidades sem fins lucrativos
Impacto estimado: renúncia de receita de R\$ 1 bilhão por ano.

Saiba mais

Pressões sobre o Orçamento

As pautas-bomba do Senado acenderam um alerta na equipe econômica do governo federal e em especialistas em contas públicas, exatamente num momento delicado do governo na tentativa de cumprir as metas fiscais.

A principal preocupação é que essas iniciativas ampliem despesas obrigatórias ou criem novas pressões sobre o orçamento sem a indicação clara de fontes de financiamento.

para o posto. Lula insistiu com Messias, que acabou rejeitado pelo plenário do Senado.

Além da demora na tramitação da PEC 6x1, parlamentares relatam insatisfação com o cancelamento de reuniões entre lideranças e a presidência do Senado para discutir o tema. Reservadamente, congressistas afirmam que Alcolumbre tem “senado na pauta” ao evitar deliberações sobre projetos de interesse do governo enquanto permite o avanço de matérias que enfrentam resistência da equipe econômica.

Em nota divulgada ontem, a

A soma dessas medidas tem potencial para desestabilizar ainda mais a dívida pública, aumentando a necessidade de endividamento do governo e pressionando os juros em um momento de desaceleração econômica.

O efeito dessas medidas vai além dos números imediatos e afeta a confiança dos investidores. Isso pode se refletir em juros mais altos, menor espaço para investimentos públicos e maior

dificuldade para reduzir a relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB).

Após a aprovação da renegociação das dívidas rurais, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que o custo fiscal das medidas não é suportado pelas contas públicas e, por isso, pode ser que parte do projeto tenha de ser revisto na Câmara e, eventualmente, traduza-se em veto do presidente da República.

De acordo com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento e Orçamento, se todas as nove medidas apontadas pelas pastas forem aprovadas, podem gerar um custo adicional de R\$ 111 bilhões por ano.

Entre as propostas está, também, o Projeto de Lei Complementar 108/2021, que eleva o teto do Simples Nacional, e, de acordo com o governo, é a que pode provocar o maior impacto. Por ano, a renúncia de receita seria de R\$ 50 bilhões. Atualmente, o PLP é discutido em uma comissão especial na Câmara.

6 x 1 tem relator

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), definiu o deputado Leo Prates (Republicanos-BA) como relator do projeto de lei encaminhado pelo governo que aborda, entre outros pontos, mudanças na jornada de trabalho e o fim da escala 6x1.

Segundo Motta, a proposta deverá incorporar o conteúdo da PEC aprovada pela Casa no fim de maio. A estratégia busca acelerar a análise da matéria e destravar a pauta legislativa, já que o projeto tramita em regime de urgência. Protocolado em 14 de abril, o texto passou a impedir a votação de outras proposições ordinárias na Câmara a partir deste mês.

A proposta aprovada pelos deputados prevê a redução gradual da jornada máxima semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, além da garantia de dois dias de descanso por semana. Para entrar em vigor, o texto ainda precisará ser aprovado pela CCJ, pelo plenário do Senado e, posteriormente, promulgado pelo Congresso Nacional.

Paralelamente, os senadores também deverão analisar uma proposta alternativa apresentada pelo líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN). A chamada PEC do Trabalho Flexível ou como a base governista apelidada por por escala 7x0 amplia a possibilidade de negociação entre empregadores e trabalhadores sobre carga horária e modelos de jornada.

Entre os críticos da proposta aprovada pela Câmara, há consenso de que mudanças nas relações trabalhistas precisam ser acompanhadas de medidas de compensação para o setor produtivo.

O líder do PSDB no Senado, Plínio Valério (AM), classificou a proposta como uma “armadilha do governo” e defendeu maior aprofundamento das discussões antes de qualquer votação.

“A 6x1 é uma armadilha do governo. É um tema que merece muito mais discussão. Quando ele apresenta isso em momento de eleição, todo mundo vai aprovar. Quem não aprovar é inimigo do trabalhador”, afirmou ao **Correio**. (DR)

Pautas aprovadas

PEC dos agentes de saúde

- » A proposta que trata dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e prevê regras especiais de aposentadoria para cerca de 400 mil profissionais.
- » Segundo cálculos do Ministério da Previdência, o impacto pode chegar a R\$ 98,7 bilhões ao longo das próximas décadas. A Confederação Nacional de Municípios estima um custo de R\$ 69 bilhões para os regimes previdenciários das prefeituras.
- » O texto também restringe contratações temporárias e determina a efetivação de trabalhadores terceirizados que passaram por processos seletivos públicos. A proposta segue agora para plenário, em regime especial.

Piso para médicos e dentistas

- » O projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado cria um novo piso salarial nacional para médicos e cirurgiões-dentistas. O valor mínimo passaria para R\$ 14.589 mensais para uma jornada de 20 horas semanais, ante os atuais R\$ 3.636.
- » O projeto ainda amplia os adicionais de horas extras e trabalho noturno. Segundo estimativas do Ministério da Gestão, o impacto poderá alcançar R\$ 25 bilhões até 2029.
- » Como o texto também alcança profissionais da rede privada, especialistas avaliam que a medida pode elevar custos de hospitais, clínicas, operadoras de saúde e administrações públicas.
- » O texto tramita em caráter terminativo, ou seja, irá diretamente à Câmara se nenhum senador pedir votação no plenário da Casa. Caso aprovada pelos deputados, a mudança valerá para profissionais das redes públicas e privadas.

Renegociação das dívidas rurais

- » O Senado também aprovou o projeto que permite a renegociação de cerca de R\$ 180 bilhões em dívidas rurais por meio de uma linha especial de financiamento abastecida por recursos do Fundo Social do Pré-Sal e outras fontes públicas. Após negociações com o governo, o custo estimado da proposta caiu, mas ainda é considerado elevado pela equipe econômica.
- » O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o impacto para o Tesouro pode chegar a R\$ 140 bilhões nos próximos anos, valor que considera incompatível com a situação fiscal do país.
- » O projeto agora volta à Câmara, porque houve alterações no texto aprovado no Senado.